COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1.200, DE 2003

Altera os artigos 9º e 45 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

AUTOR: Sr. IVAN VALENTE

RELATOR: Sr. ROGÉRIO TEÓFILO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.200, de 2003, de autoria do nobre Deputado IVAN VALENTE, altera os artigos 9º e 45 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no que concerne à avaliação nos ensinos fundamental, médio e superior, além de revogar o artigo 3º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, já revogado pela Lei nº 10.861, de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Nos termos do art. 53 do Regimento Interno desta Casa, a proposição foi distribuída às Comissões de Educação e Cultura, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A matéria tramita sob rito ordinário, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD), não tendo, até o momento, sido objeto de emendas.

Por designação da Presidência da Comissão de Educação e Cultura - CEC, cumpre-me a elaboração de Parecer sobre o mérito da proposta em análise.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O art. 1º do Projeto de Lei em tela oferece nova redação ao inciso VI do art. 9º da Lei nº 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Substitui a expressão “processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior” por “processo nacional de avaliação do ensino fundamental, médio e superior”. A redação proposta é mais abrangente e mais condizente com um processo compreensivo de avaliação da educação escolar em seus diferentes níveis e dimensões.

Já o art. 2º do PL propõe a alteração do art. 45 da mesma Lei, dispondo sobre a avaliação, interna e externa, do sistema, das instituições e dos cursos de educação superior. Ainda que formulada anteriormente, tal proposta, salvo melhor juízo, parece ter perdido a oportunidade, em função da entrada em vigência da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dispõe sobre a avaliação do ensino superior, resultante de projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 147, de dezembro de 2003. Dessa forma, as meritórias disposições sugeridas no proposta em apreço parecem já estar contempladas no diploma legal em vigor.

O artigo 4º revoga o artigo 3º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, já revogado pela Lei nº 10.861, de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Analisando a totalidade da proposição, considero conveniente acatar o artigo 1º que torna a avaliação dos ensinos fundamental, médio e superior mais abrangente, ao excluir o termo “rendimento escolar” do inciso VI do art. 9º da LDB. Vejo, assim, como meritória, a proposta legislativa em epígrafe, apenas no que diz respeito a ampliar o sistema de avaliação educacional. Sugiro a supressão dos demais artigos, que não produzirão mais efeito em virtude de o artigo 3º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, já ter sido revogado pela Lei nº 10.861, de 2004, que institui o Sistema

Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dispõe sobre a avaliação do ensino superior.

Posto isso, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.200, de 2003, de autoria do ilustre Deputado IVAN VALENTE, nos termos do substitutivo.

Sala da Comissão, em 07 de abril 2005.

Deputado ROGÉRIO TEÓFILO

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1.200, DE 2003

Altera os artigos 9º e 45 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

AUTOR: Deputado IVAN VALENTE

RELATOR: Deputado ROGÉRIO TEÓFILO

III – SUBSTITUTIVO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O inciso VI do artigo 9º, da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“ VI – assegurar processo nacional de avaliação do ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; ” **NR***

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 07 de abril de 2005.

Deputado ROGÉRIO TEÓFILO

Relator